

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	PROJETO DE LEI
Descrição:	PROJETO DE LEI		
Autor:	99827 - DEPUTADO MARCOS SOBREIRA		
Usuário assinator:	99827 - DEPUTADO MARCOS SOBREIRA		
Data da criação:	08/08/2024 15:06:29	Data da assinatura:	08/08/2024 15:08:21



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO MARCOS SOBREIRA

AUTOR: DEPUTADO MARCOS SOBREIRA

PROJETO DE LEI
08/08/2024

**INSTITUI O DIA ESTADUAL DO HERÓI
GONÇALO INÁCIO DE LOIOLA
ALBUQUERQUE MELO, PADRE MORORÓ.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º -Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Ceará o Dia Estadual do Herói Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque Melo, Padre Mororó, a ser comemorado anualmente no dia 30 de Abril.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS SOBREIRA

DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

Há 199 anos morria Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque Melo, que se consagrou na história do Brasil como Padre Mororó, um dos expoentes do movimento político que ficou conhecido como a Confederação do Equador. Padre Mororó foi morto a tiros de arcabuz no dia 30 de abril de 1825, numa execução ocorrida no Passeio Público, em Fortaleza, após ter sido preso e acusado de praticar três crimes: Proclamação da República em Quixeramobim; ter secretariado o presidente revolucionário Tristão Gonçalves e redigido o “Diário do Governo”, o primeiro jornal do Estado do Ceará.

A condenação determinava ele fosse enforcado, porém, por não haver quem quisesse servir de algoz, a pena comutada para fuzilamento, ou melhor, tiros de arcabuz, uma antiga arma de fogo portátil, espécie de bacamarte. A crônica de Viriato Correia descreve com perfeição os últimos minutos de Padre Mororó: “Naquele dia 30 de abril de 1825 havia em Fortaleza um grande rumor de multidão emocionada. Ia ser executado pelas tropas imperiais o Padre Mororó. Na praça em que vai haver a execução, a multidão é tanta que, a custo, as tropas conseguem abrir passagem. Mororó é colocado na coluna da morte. Um soldado traz a venda para lhe por nos olhos, ‘Não’, responde ele, ‘eu quero ver como isto é’. Vem outro soldado para colocar-lhe sobre o coração a pequena roda de papel vermelho que vai servir de alvo. Detém a mão do soldado: ‘Não é necessário. Eu farei o alvo’ e, cruzando as duas mãos sobre o peito, grita arrogantemente para os praças: ‘Camaradas, o alvo é este’. E num tom de riso, como se aquilo fosse brincadeira diz: ‘e vejam lá! Tiro certo que não me deixem sofrer muito’”. Segue Viriato, em seu relato: “Houve na multidão um instante cruel de ansiedade... A descarga estrondou. O Padre Mororó tombou sem vida. A seus pés tinham caído três dedos da mão que as balas deceparam”.

O seu nome, como de muitos outros mártires brasileiros, encontra-se na gaveta empoeirada do esquecimento, inclusive na sua cidade natal, Groaíras, pouca atenção tem sido dispensada àquele que foi seu filho mais ilustre. Nas décadas de 60 e 70, o então prefeito Cesário Feijó de Melo, um de seus descendentes, colocou o seu nome numa rua e numa praça. Na década de 80, quando governava o município, Joaquim Guimarães Neto, foi feita a divisão da cidade em bairros, o local onde ele nasceu, conhecido como Mato Grosso, passou a chamar-se bairro Padre Mororó.

Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque Melo foi o nome de batismo de Padre Mororó, que nasceu no dia 24 de julho de 1778, no Riacho dos Guimarães, atual Groaíras. Ele iniciou os estudos no Interior do Ceará. Ainda moço foi mandado para o Seminário de Olinda, onde se ordenou. Como padre, foi capelão nas Vilas de Boa-Viagem, Tamboril e Quixeramobim.

Ele foi professor de língua latina em Aracati e jornalista, redator do primeiro jornal do Ceará — lançado em 1º de abril de 1824. Foi também político e secretário de dois governos de: Manoel Inácio de Sampaio Pina e Freire, o Governador Sampaio, de 1816 a 1820 e do presidente Tristão Gonçalves, em 1824, quando teve participação ativa no movimento da Confederação do Equador.

Recentemente, os pesquisadores Domingos Pascoal de Melo, Raimundo Nonato Ximenes (in Memoriam) Jorge Brito e Ricardo Albuquerque verificaram que Padre Mororó foi também o primeiro cearense a ter um livro publicado no Brasil pela Imprensa Régia, no ano de 1818: Oração de Graças recitada em 12 de outubro de 1816 na Igreja Matriz da vila de Fortaleza capital da Capitania do Ceará pela Feliz União dos Três Reinos Portugal, Brasil e Algarves. A publicação se deu no ano de 1818.

Pe. Mororó destacou-se como idealizador e signatário da histórica sessão de 9 de janeiro de 1824 da Câmara de Quixeramobim. Neste dia, reunidos clero, nobreza e o povo, proclamou-se a primeira República do Brasil, rompendo assim com a monarquia absolutista de D. Pedro I.

O motivo daquela histórica sessão foi a grande traição cometida pelo imperador, que dissolveu, em novembro de 1823, a Assembleia Geral Legislativa e Constituinte que ele mesmo houvera instalado para escrever a primeira Constituição do Brasil, em maio do ano de 1823. Tudo isso aconteceu em 1824, 65 anos antes da proclamação da República, em 1889, sete meses antes da Confederação do Equador, iniciada em 26 de agosto de 1824.

A Confederação do Equador - que neste ano comemoramos o bicentário de sua criação - o mais significativo movimento autonomistaliberal e republicano acontecido no Brasil, no início do século XIX, foi causado pelo descontentamento que se viu pela dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, e a outorga da Constituição de 1824, por D. Pedro I. Isto provocou, nas “Províncias do Norte”, uma insatisfação geral.

Pernambuco foi o centro irradiador deste descontentamento. No entanto, no Ceará, ao receber a notícia, vinda pelas mãos do diácono José Martiniano de Alencar, que à época estudava no seminário de Olinda, a Câmara da Vila de Campo Maior de Quixeramobim, numa memorável e heroica sessão, acontecida no dia 9 de janeiro de 1824, proclamou uma das primeiras Repúblicas do Brasil, quebrando, então, todos os laços que havia com a realeza, acusando, inclusive, o imperador de traidor da Pátria e declarando-o e toda a sua descendência decaídos dos direitos ao trono.

Determinou também que de imediato se organizasse um governo republicano para o quanto antes, substituir o Governo Provisório existente na Capital e que ainda fora nomeado pelo usurpador deposto.

Essa histórica sessão deu início ao movimento libertário que tantos sacrifícios custaram aos nossos conterrâneos.

Diante do exposto solicito o apoio dos nobres parlamentares, para aprovação da presente proposição que busca homenagear Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque Melo, Padre Mororó.



DEPUTADO MARCOS SOBREIRA

DEPUTADO (A)